

Seplan vê 86 com otimismo moderado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Iplan/Ipea, órgão de pesquisa e planejamento da Seplan, prevêem que 1986 se apresentará como um ano de complexa administração econômica, em que a inflação será o principal problema a ser enfrentado. Estudo sobre as perspectivas para o próximo ano sugere que o governo, na medida em que enfrenta choque agrícola, reivindicações de aumento real de salário e ameaça de esgotamento da capacidade ociosa na indústria, deve evitar outras pressões de demanda e custos, para que a inflação não estoure.

Para o Iplan/Ipea, o conjunto de medidas econômicas aprovado pelo Congresso Nacional, que proporcionará a redução do déficit público de Cr\$ 211 trilhões para Cr\$ 108 trilhões, surge como a primeira resposta do governo a esse problema. E mostra que medidas adicionais devam ser tomadas. O estudo questiona também até que ponto é possível compatibilizar o crescimento econômico com alto nível de inflação; enfatiza que a trajetória da economia brasileira depende da situação internacional; e conclui que há razões, de qualquer forma, para um moderado otimismo em 1986.

MODIFICAÇÕES

O Iplan/Ipea lembra que 1985 se caracterizou como de muitas modificações na política econômica. A nova administração esboçou posturas redistributivistas, voltado para a solução dos problemas sociais, que, entretanto, não se materializaram em medidas concretas. Na verdade, observa o estudo, o primeiro objetivo dos novos dirigentes foi o de controle inflacionário a qualquer custo, através do congelamento de preços e



Arquivo

Vidigal diz que não há mais ociosidade na indústria

controle monetário, sem preocupação com os níveis de juros.

A rigor, tratava-se de uma política conflitiva, na medida em que, embora apontando o déficit público como o mal maior da economia brasileira, ao congelar tarifas e permitir elevação dos juros desajustou as contas públicas. Também a nova fórmula da correção cambial e monetária — baseada na inflação dos três meses anteriores — era incompatível com o controle de preços.

Com a demissão de Francisco Dornelles do Ministério da Fazenda, em agosto, obteve-se a necessária coesão no governo, avalia o estudo. O controle de preços foi abrandado, substituído por um controle de margem de lucros, e os juros reduzidos, permitindo queda no déficit e continuidade da política de financiamento do governo, que ameaçava erodir

se. Tal política, salienta o Iplan/Ipea, nega temporariamente a tese de impossibilidade de crescimento significativo do produto sem estouro da inflação.

Chega-se ao final de 1985, portanto, com um crescimento do Produto Interno Bruto — PIB — entre 7 e 8%. O Iplan/Ipea identifica "algo de notável" ocorrido na economia brasileira, a partir de maio, com tendência de crescimento, afinal acelerada após junho. As principais causas: reposição real dos salários e um sucesso relativo com a inflação. Para isso, os empresários teriam contribuído parcialmente, ao aceitarem apenas algum aumento real na massa de lucros. O resultado teria sido uma queda nos preços reais.

ESTRANGULAMENTO

Para 1986, o Iplan/Ipea indaga sobre a viabilidade da manutenção

de um crescimento de 6% sem afetar significativamente o saldo comercial, e ainda se conseguir algum ganho na guerra contra a inflação num ambiente de provável continuação de recuperação salarial e controle apenas relativo do setor público.

Qualquer trajetória da economia brasileira, em 1986, dependerá fundamentalmente da economia mundial. É certo, conforme o Iplan/Ipea, que a curto prazo uma variável crucial para a continuidade do crescimento econômico sem problemas sérios nos frontes inflacionário e externo é o nível efetivo da capacidade ociosa que ainda existe no setor industrial. Sabe-se que, excetuando-se alguns setores, que rapidamente se voltaram para as exportações durante a crise, os investimentos em ampliação da capacidade produtiva desde o início da década foram tímidos. Aplicou-se notadamente em melhoria da qualidade produtiva.

Assim, adverte o estudo conjuntural, a continuidade do crescimento acelerado poderá gerar pontos de estrangulamento por causa da plena ocupação da capacidade industrial em alguns setores. Observe-se que o presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, foi enfático: Não há mais capacidade ociosa na indústria de bens de consumo. E isso caracteriza-se como um forte fator de pressão inflacionária para 1986.

Nesse contexto, o estudo questiona até onde a continuidade do crescimento do mercado interno ainda que atenuado, pode a curto prazo comprometer as estratégias comercial e antiinflacionária. E avalia: a balança comercial deve apresentar um resultado semelhante ao deste ano, com um saldo em redor de US\$ 12,5 bilhões. As importações de petróleo cairão US\$ 500 milhões, os

preços do trigo também vão declinar. A preocupação é do lado das exportações: prevê-se uma queda de um bilhão na venda de manufaturados. Algumas empresas, principalmente no setor automobilístico, já este ano estão postergando embarques, por absoluta falta de capacidade produtiva, ainda que o terceiro turno de trabalho tenha sido adotado.

Resta assim a inflação como a mais séria preocupação para 1986. Além da queda de safra, o governo não poderá conter toda a pressão de preços originária da agricultura. Por diversas razões — burocrática, pressão dos produtores, preocupação com divisas — o governo é sabidamente inábil na formação de estímulos reguladores, constata o Iplan/Ipea.

O estudo adverte que também não se pode menosprezar os efeitos da recente elevação real de salários, ainda em propagação no interior da economia, sobretudo quando se esgota a capacidade ociosa. A rápida recuperação industrial recente, aliada ao choque agrícola, trará sérias dificuldades tanto para o combate à inflação quanto no mercado externo, exigindo então novas medidas econômicas "duras".

Conclui o estudo, alertando que assumem caráter crucial para a economia brasileira o comportamento do comércio mundial, o nível das taxas de juros, os preços das principais commodities, a taxa de inflação nos países desenvolvidos e a variação do dólar diante das demais moedas conversíveis. O estudo consta ser tranquilizador, na atual conjuntura, que os principais institutos que se dedicam a realizar previsões a nível internacional — FMI, DECD, DRI ETC — não prevêem qualquer modificação "traumática" para o ano que vem.